

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Parte expressiva de analistas de investimento considerou desnecessário dizer que existe a possibilidade de aumento da Selic mais para frente

Por que o Marco do Saneamento não pode ser derrubado

A primeira grande derrota do governo Lula no Congresso foi oportuna. Por 295 votos a 136, a Câmara dos Deputados derrubou o decreto que alteraria regras do Marco Legal do Saneamento, aprovado em 2020. Seria um erro voltar no tempo. O Marco Legal tem como meta universalizar os serviços de saneamento até 2033, algo impossível de se alcançar sem a iniciativa privada. Em diversas cidades brasileiras, parte da população sequer é atendida por redes de água. Não é admissível manter esse cenário.

Dono da Paper Excellence é convocado a depor no Canadá

Enquanto alardeia a intenção de investir R\$ 16 bilhões na brasileira Eldorado Celulose, o indonésio Jackson Widjaja enfrenta problemas com a sua Paper Excellence no Canadá. Depois de adquirir a Resolute Forest e ampliar seu acesso às reservas florestais do país, Jackson foi convocado a depor no parlamento canadense. A principal preocupação dos parlamentares é com a atuação do grupo Sinar Mas, conglomerado da família Widjaja acusado por ONGs de desmatar 1 milhão de hectares no Sudeste Asiático.

Indústria financeira não gostou de comunicado do Banco Central

O comunicado do Banco Central para justificar a manutenção da taxa de juros fez o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, perder admiradores na indústria financeira. Parte expressiva de economistas, gestores e analistas de investimento considerou desnecessário dizer que existe a possibilidade de aumento da Selic mais para frente. Diante dos indicadores inflacionários em queda, é sabido que, cedo ou tarde, os juros deverão cair, porque não há outro caminho possível. Campos Neto obviamente conhece essa lógica, mas preferiu fazer o que muitos apontaram como uma provocação ao governo Lula. Ressalte-se que a independência do BC é bem-vinda, mas seus dirigentes não deveriam se deixar levar pelas disputas na arena política. É consenso no mercado que os próximos números da inflação deverão perder fôlego, o que só reforçará a urgência do corte da Selic. Juros baixos não são bons apenas para o governo. Eles, na verdade, são ótimos para o Brasil.

Isac Nóbrega/PR



Reprodução/CFA Institute

Depois de quatro anos, Veste anuncia distribuição de dividendos

A Veste, antiga Restoque, anunciou a distribuição de R\$ 13 milhões em dividendos, que serão pagos em 27 de dezembro de 2023. Além disso, a empresa informa que manterá R\$ 88 milhões de lucros e reservas para investimentos futuros. "Ficamos muito felizes em recompensar com dividendos os milhares de acionistas da Veste", diz Marcelo Lima, presidente do conselho. Dona das marcas de roupas Le Lis Blanc, John John, Dudalina e Bobo, a empresa ficou quatro anos sem distribuir dividendos.

78,3%

das famílias brasileiras estão endividadas, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade diz que o nível de endividamento deverá atingir sua máxima histórica em 2023



Se você se flagra discutindo se a economia promete crescer ou decair, se as taxas de juros estão aumentando ou diminuindo, se há inflação ou deflação, pare! Dê um tempo a si mesmo"

Robert G. Hagstrom, gestor financeiro e autor de diversos best-sellers sobre investimentos



RAPIDINHAS

Uma nova tendência na indústria do turismo: grifes como Louboutin, Bulgari e Gucci passaram a emprestar suas marcas para hotéis de luxo. Christian Louboutin, conhecido pelos cobiçados sapatos de sola vermelha, inaugurou um hotel no Alentejo, em Portugal. A Bulgari vai abrir dois hotéis na Europa, enquanto a Gucci decora suítes para as unidades do The Savoy.

As novas tecnologias adotadas pela indústria financeira avançam em ritmo veloz no Brasil. Na fintech SumUp, 33% dos pagamentos processados pela empresa já ocorrem por essa modalidade. Diversos estudos comprovam que poucos países no mundo são tão abertos para inovação quando o assunto diz respeito a finanças.

É surpreendente como a falta de peças e componentes associada às vendas em queda impactaram a indústria automotiva no Brasil. Desde o início do ano, 16 montadoras interromperam a produção de veículos no país. Se o cenário não melhorar, ainda mais empresas deverão aderir ao chamado lay off.

MAURO PIMENTEL / AFP



Destruir a Floresta Amazônica será devastador para a economia brasileira. Quem diz isso não são ativistas radicais, mas pesquisadores confiáveis do Banco Mundial. Um novo estudo realizado pela instituição estimou em US\$ 184 bilhões (quase um trilhão de reais) os prejuízos gerados pela destruição do maior patrimônio nacional.

IMPOSTOS

Mais perto de receita extra

Ministro André Mendonça, do STF, revoga liminar que suspendia decisão do STJ capaz de render R\$ 90 bi ao governo

» LUANA PATRIOLINO

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou, ontem, a liminar que suspendeu o julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável ao governo federal em uma regra envolvendo tributos federais e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias ou Serviços (ICMS), de competência dos estados. A sentença pode render R\$ 90 bilhões aos cofres da União.

O novo posicionamento do magistrado aconteceu dois dias após ele se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ao suspender o julgamento do STJ, na semana passada, Mendonça atendeu a um pleito da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Na ocasião, ressaltou que a Suprema Corte vai julgar um processo relacionado ao

tema e que, portanto, seria prudente esperar por essa decisão. A liminar seria analisada pelos demais integrantes do tribunal a partir de ontem.

Mendonça considerou os argumentos da equipe do governo de que a liminar causaria insegurança jurídica, e que o STJ e Supremo estão analisando situações diferentes.

A ação avaliada pelo STJ questiona se descontos de ICMS recebidos pelas empresas para pagar despesas de custeio — que são gastos do dia a dia como salários dos colaboradores — são isentos de tributos federais. O governo entende que esses valores configuram ganhos das empresas e, portanto, sobre eles incidem o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

(CSLL). Na visão do Executivo, avalizada pelo STJ, somente os descontos de ICMS destinados a aumentar os investimentos das empresas não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Já a ação que tramita no STF diz respeito à incidência de Pis/Cofins sobre créditos presumidos de ICMS, um tipo de incentivo também concedido pelos estados.

A partir da decisão do STJ, a equipe econômica espera um aumento de arrecadação de até R\$ 90 bilhões somente em 2023. A decisão ocorre no momento em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenta aumentar a arrecadação para sustentar o arcabouço fiscal. Para atingir as metas impostas, a gestão precisa elevar as receitas em, pelo menos, R\$ 150 bilhões neste ano.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Magistrado acolheu argumentos do Executivo, levados a ele pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad

MEIOS DE PAGAMENTO

Avanço rápido do Pix acelera o fim do DOC

» ROSANA HESSEL

A popularização do Pix entre os brasileiros condenou o Documento de Ordem de Crédito (DOC), que está com os dias contados. Criado em 1985, o meio de pagamento deixará de ser oferecido pelas instituições financeiras a partir de março de 2024. A data limite para o encerramento das operações é 29 de fevereiro de 2023.

Além do DOC, serão descontinuadas as operações de Transferência Especial de Crédito (TEC), feitas exclusivamente por empresas para pagamento de benefícios a funcionários, segundo Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

De acordo com a entidade, as operações via DOC para pessoas físicas e jurídicas poderão ser realizadas somente até 29 de

fevereiro de 2024. "O uso dessas operações vem caindo continuamente nos últimos anos, principalmente após o lançamento do Pix, em novembro de 2020", destacou a Febraban, em nota divulgada ontem.

Conforme levantamento da federação, com base em dados divulgados pelo Banco Central, as transações via DOC em 2022 somaram 59 milhões, para um total de 63 bilhões de operações feitas no ano.

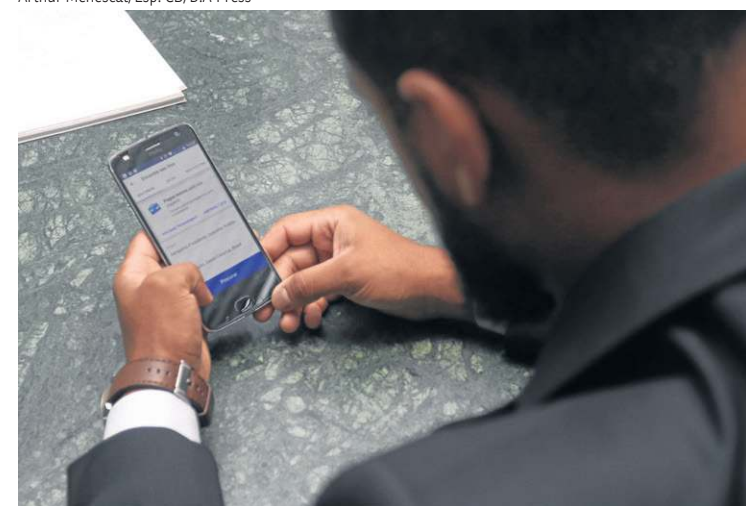
O DOC ficou bem atrás do cheque (202,8 milhões), TED (1 bilhão), boleto (4 bilhões), cartão de débito (15,6 bilhões), cartão de crédito (18,2 bilhões)

e do Pix (24 bilhões).

De acordo com a Febraban, a extinção das duas modalidades de pagamento também foi motivada pelo custo-benefício oferecido aos clientes. Outras modalidades de operação oferecem o mesmo serviço de maneira instantânea, a exemplo da TED, e sem custo, no caso do Pix, nas transações de menor valor.

"A Febraban e os bancos estão constantemente avaliando a modernização e atualização de todos os meios de pagamentos utilizados no país, a fim de melhorar a conveniência para os clientes", afirmou Isaac Sidney, presidente da entidade

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press



Bancos deixarão de oferecer modalidade a partir de março de 2024